

**Copasa Serviço de Saneamento
Integrado do Norte e Nordeste de
Minas Gerais S/A - COPANOR**

**Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2021**



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Mensagem da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes.....	8
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas	15
1. Contexto Operacional.....	15
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	16
3. Principais Políticas Contábeis, estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	16
4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos	29
5. Contratos de Concessão de Serviços Públicos	30
6. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	30
7. Contas a Receber de Clientes.....	31
8. Estoques.....	32
9. Bancos e Aplicações de Convênio e Convênio de Cooperação Técnica	32
10. Ativo de Contrato.....	32
11. Intangível	33
12. Imobilizado.....	34
13. Fornecedores.....	36
14. Impostos, taxas e contribuições	37
15. Provisão para Demandas Judiciais	37
16. Patrimônio Líquido.....	39
17. Informações por Segmento de Negócios	40
18. Gestão de risco.....	41
19. Instrumento Financeiro por Categoria	43
20. Transações com Partes Relacionadas.....	44
21. Compromissos.....	45
22. Receitas.....	45
23. Custos e Despesas por Natureza.....	46
24. Receitas e Despesas Financeiras	47
25. Imposto de Renda e Contribuição Social	47
Diretoria Executiva	48
Conselho Fiscal	48
Contador Responsável	48

Mensagem da Administração

A COPANOR foi criada em 2007 para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. Essa região do Estado conta com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais. O seu âmbito de atuação são as localidades com população compreendida entre 200 e 5.000 habitantes.

As tarifas praticadas são bem inferiores às tarifas de sua Controladora (COPASA MG), pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

Em relação ao desempenho operacional, a Empresa encerrou o ano de 2021 atendendo cerca de 223 mil pessoas para os serviços de abastecimento de água, distribuídas em 113 mil unidades consumidoras e com uma extensão de rede de 2,7 mil quilômetros. Com os serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR atende cerca de 105 mil pessoas, distribuídas entre 54 mil economias e com uma rede de 1,6 mil quilômetros.

Quanto ao desempenho financeiro, a Receita Líquida de água e esgoto alcançou R\$41,4 milhões, alta de 15,4% quando comparada com o valor observado em 2020. Os Custos e Despesas Operacionais, desconsiderando os custos de construção atingiram R\$55,1 milhões, alta de 11,8%. Em 2021, a Subsidiária registrou Prejuízo Líquido de R\$12,7 milhões.

Apesar da evolução observada, o grande desafio da COPANOR continua sendo tornar-se uma Empresa sustentável, com prestação de serviços de saneamento de qualidade e tarifas reduzidas, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das desigualdades regionais, a promoção da inclusão social e a universalização dos serviços.

A COPANOR

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades da região Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu. Conforme previsto em seu Estatuto Social, a Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.

Missão: Prover serviços de saneamento, em parceria com o Estado e municípios, em sua área de atuação, de forma sustentável.

Visão: Ser referência, junto à sociedade, como Empresa que presta serviços com eficiência e qualidade.

Valores: Ética exemplar e transparência; Responsabilidade socioambiental; Valorização dos colaboradores; Excelência na prestação dos serviços; e Inovação e disseminação do conhecimento.

Investimentos



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em 2021, os investimentos realizados na COPANOR totalizaram R\$36,5 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Investimentos (R\$ milhões)	2021	2020	2019
Coponor	36,5	22	34

Para o ano de 2022, a Diretoria Executiva autorizou o plano de investimentos com previsão de R\$47,5 milhões.

A partir de julho de 2017, foi criado pela Arsae-MG um Subsídio Tarifário na tarifa da COPASA MG para suportar os investimentos e manutenção da COPANOR. Esse subsídio consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a subsidiária, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. O valor do subsídio, a preços de 2017, era de R\$40 milhões.

Em 2021, a Controladora realizou 2 (dois) aportes de R\$23,8 milhões cada, sendo um em março e outro em agosto, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, conforme definido pela Agência Reguladora.

Conforme definido no processo de Revisão Tarifária da COPASA MG concluído em 2017, foi estipulado que parte da tarifa da Controladora, no valor referencial histórico de R\$40 milhões por ano, seja direcionada como subsídio à COPANOR, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, por meio de ações de investimento e manutenção. Em 2020, foram realizados 2 (dois) aportes de R\$21,9 milhões cada, sendo um em março e outro em agosto.

Ambiente Regulatório

As tarifas praticadas são bem inferiores às tarifas de sua Controladora (COPASA MG), pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

No âmbito da 2ª (segunda) Revisão Tarifária finalizada em junho de 2021, a Arsae-MG definiu que, para o ciclo tarifário atual, foi mantido o valor de referência de R\$40 milhões definido em 2017, atualizado monetariamente pelo INCC.

Em fevereiro de 2020, as tarifas foram reajustadas, tendo sido de 4,5% o Efeito Tarifário Médio, corresponde ao impacto médio percebido pelos usuários devido à variação das tarifas aplicadas.

Em maio de 2020, foi iniciado o processo da 3ª Revisão Tarifária Periódica da COPANOR, cujo resultado foi divulgado em junho de 2021. O Efeito Tarifário Médio foi de 21,84%, com vigência a partir de 1º de agosto de 2021.

Comentário de Desempenho

A Companhia apresenta, a seguir, Comentário de Desempenho sobre os resultados operacionais e financeiros do exercício de 2021, comparativamente com o exercício de 2020. As informações do Comentário de Desempenho estão apresentadas em milhares de Reais (R\$1.000), exceto quando indicado de outra forma:

Desempenho Operacional

Concessões

A área de abrangência da Empresa é limitada aos municípios das regiões Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais. Em dezembro de 2021, a COPANOR operava os serviços de abastecimento de água em 78 municípios (30 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes) e os serviços de esgotamento sanitário em 58 municípios (17 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes).

Dados Operacionais

A COPANOR encerrou o ano de 2021 atendendo 113 mil economias (unidades consumidoras) de água, crescimento de 1,8% em relação a 2020, servindo aproximadamente 223 mil pessoas. A seguir, são apresentados os principais dados operacionais do serviço de abastecimento de água e a evolução nos exercícios comparativos:

Especificação – COPANOR	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Água					
Ligações (1.000 unidades)	110	108	1,9%	102	5,6%
Economias (1.000 unidades)	113	111	1,8%	106	5,4%
População Atendida (1.000 habitantes)	223	220	1,3%	212	3,7%
Volume Distribuído (1.000 m ³)	14.662	15.472	11,6%	4.466	-14,9%
Volume Medido (1.000 m ³)	9.757	9.151	-1,9%	2.428	0,2%
Extensão de Rede (km)	2.701	2.220	21,6%	2.165	2,6%

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR encerrou 2021 atendendo 54 mil economias, crescimento de 3,6% em comparação a 2020, e servindo 105 mil pessoas ao longo da área de atuação. A seguir, os principais dados operacionais dos serviços de esgotamento sanitário:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Especificação – COPANOR	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	52	50	3,8%	48	5,7%
Economias (1.000 unidades)	54	52	3,6%	50	5,5%
População Atendida (1.000 habitantes)	105	102	2,9%	98	4,3%
Volume Medido (1.000 m ³)	4.506	4.038	4,5%	1.018	5,5%
Extensão de Rede (km)	1.572	1.498	4,9%	1.464	2,3%

Número de Empregados

A Companhia apresenta a seguir, o número de empregados, bem como o indicador número de empregados por mil ligações de água e esgoto, nos exercícios comparativos:

Especificação	2021	2020	2021 X 2020	2019	2020 X 2019
Empregados	471	466	1,1%	468	-0,4%
Empregados/Ligações	2,87	2,95	-2,7%	3,12	-5,7%

Nota: 1) Número de empregados / 1.000 ligações de água e esgoto

Desempenho Financeiro

Abaixo são apresentados os dados financeiros da COPANOR, comparativo com 2021 e 2020:

Especificação	2021	2020	Varição (R\$ mil)	Varição (%)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	41.382	35.848	5.534	15,4%
Receitas de Construção	23.134	18.546	4.588	24,7%
Outras Receitas Operacionais	1.803	6.492	(4.687)	-72,2%
Custos e Despesas Operacionais	(79.010)	(68.273)	(10.739)	15,7%
Pessoal	(18.935)	(19.321)	386	-2,0%
Materiais	(5.178)	(5.243)	65	-1,2%
Serviços de terceiros	(7.219)	(5.358)	(1.551)	28,9%
Energia elétrica	(11.936)	(9.924)	(2.322)	23,4%
Gerais	(1.095)	(861)	(234)	27,2%
Provisão perdas esperadas contas a receber de Clientes	(4.737)	(4.601)	(136)	3,0%
Depreciação e amortização	(7.196)	(4.425)	(2.771)	62,6%
Provisão para perdas	(73)	(515)	442	-85,8%
(-) Créditos tributários	1.309	1.007	300	29,8%
Custos de Construção	(23.134)	(18.545)	(4.589)	24,7%
Outras Despesas Operacionais	(3.091)	(1.385)	(1.706)	123,2%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	2.275	898	1.377	153,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(12.691)	(7.387)	(5.304)	71,8%

A seguir, são apresentados os comentários para as principais variações verificadas entre os exercícios comparativos com os valores reapresentados:

▪ **Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:** elevação de R\$5.534, em função, principalmente, do crescimento de 1,8% e 3,6% no número de economias, respectivamente, Serviço de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto; reajuste tarifário de 10,79% aplicado a partir de 1º/08/2021; novas localidades atendidas.

▪ **Receitas e Custos de Construção:** aumento de R\$4.588 em função dos investimentos realizados no exercício.

▪ **Custos e Despesas Operacionais:** a seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

✓ **Serviços de Terceiros:** aumento de R\$1.551, devido, principalmente, em função da greve dos empregados que, houve a necessidade de intensificar os contratos com serviço de conservação e manutenção de bens e sistemas; repasse parcial da entrega de faturas para os Correios; reajustes de contratos e contratação dos serviços de transmissão de dados para automação de ETA para atendimentos às localidades.

✓ **Energia Elétrica:** elevação em 23,4% em relação a 2020. O que mais causou impacto na alteração do valor foi a bandeira de escassez hídrica. O aumento do número de unidades consumidoras também causou aumento no consumo.

✓ **Despesas Gerais:** aumento de R\$234, principalmente em decorrência no quantitativo dos municípios que receberam o repasse tarifário.

✓ **Provisão para perdas esperadas contas a receber de clientes:** aumento de R\$136, em função do ajuste na PECLD em 2020, conforme Matriz de Risco, o que justifica o aumento ocorrido.

✓ **Depreciações e Amortizações:** aumento de R\$2.771, em função da crescente incorporação de obras encerradas de ativos adquiridos com recursos oriundos do subsídio tarifário, além do início de operação e algumas localidades.

✓ **Provisão para perdas:** redução de R\$442, decorrente de constituição de provisão para perdas de materiais que encontram paralisados há mais de 360 dias.

✓ **Outras Despesas Operacionais:** aumento de R\$1.706, devido, principalmente, ao pagamento de tributos e taxa anual da ARSAE.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR

Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato da Companhia depender, substancialmente, dos repasses de recursos subsidiados por usuários da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – COPASA MG para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Belo Horizonte, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3



Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.253	19.242
Contas a receber de clientes	7	11.184	10.731
Estoques	8	4.027	2.318
Impostos a recuperar		314	129
Bancos e aplicações de convênio	9	48	47
Convênio de cooperação técnica	9	18	19
Adiantamento e outros		283	205
Total do ativo circulante		46.127	32.691
NÃO CIRCULANTE			
Ativos financeiros - contratos de concessão	5	18.924	23.491
Ativo de contrato	10	64.126	30.688
Direito de uso de arrendamento		3	3
Intangível	11	98.505	91.429
Imobilizado	12	3.410	1.673
Total do ativo não circulante		184.968	147.284
TOTAL DO ATIVO		231.095	179.975
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	19.991	7.112
Impostos, taxas e contribuições	14	1.978	550
Salários a pagar e provisão para férias		1.656	1.160
Débito com a Controladora	20	4.067	2.815
Passivo de arrendamento		3	3
Obrigações diversas		473	545
Total do passivo circulante		28.168	12.185
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para demandas judiciais	15	746	533
Total do passivo não circulante		746	533
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	283.896	234.156
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	2.125
Prejuízos acumulados	16	(81.715)	(69.024)
Total do patrimônio líquido		202.181	167.257
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		231.095	179.975



Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	Nota	2021	2020
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	22	41.382	35.848
Receita de construção	22	23.134	18.546
Custo dos bens e dos serviços prestados	23	(44.979)	(39.780)
Custo de construção	23	(23.134)	(18.546)
PREJUÍZO BRUTO		(3.597)	(3.932)
Despesas com vendas	23	(1.757)	(903)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	(4.737)	(4.601)
Despesas administrativas	23	(3.587)	(3.955)
Outras receitas operacionais	22	1.803	6.492
Outras despesas operacionais	23	(3.091)	(1.386)
		(11.369)	(4.353)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		(14.966)	(8.285)
Receitas financeiras	24	2.386	1.075
Despesas financeiras	24	(111)	(177)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		2.275	898
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(12.691)	(7.387)
Provisão para o Imposto de Renda	25	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(12.691)	(7.387)
Prejuízo por ação - Básico e diluído em R\$	16	(0,05)	(0,03)

Demonstração do Resultado Abrangente

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(12.691)	(7.387)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(12.691)	(7.387)



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		190.420			128.783
			(61.637)	-	
Aumento de capital	16	43.736	-	-	43.736
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	-	2.125	2.125
Prejuízo do exercício		-	(7.387)	-	(7.387)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		234.156		2.125	167.257
			(69.024)		
Aumento de capital	16	49.740	-	(2.125)	47.615
Prejuízo do exercício	16	-	(12.691)	-	(12.691)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		283.896		-	202.181
			(81.715)		



Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(12.691)	(7.387)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	7.196	4.425
Reversão por perda de <i>impairment</i>	-	(5.200)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	4.737	4.601
Provisão para contingências	231	14
Provisão para perdas de estoque	(4)	515
Receitas e despesas de juros	(647)	(498)
Ganho/perda na baixa dos ativos de contrato e intangível	1.080	2.883
Ativo Financeiro	(350)	(208)
	<u>(448)</u>	<u>(855)</u>
Redução (aumento) no ativo operacional		
Contas a receber de clientes	(4.543)	(4.056)
Estoques	(1.705)	(500)
Impostos à recuperar	(185)	25
Bancos e aplicações de convênio	(1)	(14)
Convênio de cooperação técnica	1	2
Adiantamento e outros	(78)	59
Aumento (redução) no passivo operacional		
Fornecedores	12.879	1.595
Impostos, taxas e contribuições	1.428	(83)
Salários a pagar e provisão para férias	496	(3)
Débito com Controladora	1.252	1.609
Obrigações diversas	(72)	77
Caixa gerado nas operações	9.024	(2.144)
Juros pagos	(1)	-
Pagamentos de processos	(18)	257
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	9.005	(1.887)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativos imobilizados	(2.286)	(1.021)
Aquisição de ativos intangíveis	(8.196)	(4.667)
Aquisição de ativos de contrato	(35.093)	(21.852)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(45.575)	(27.540)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:		
Pagamentos de arrendamento mercantil	(34)	(35)
Integralização de capital	47.615	45.861
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	45.581	45.826
Aumentos de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	11.011	16.399
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.242	2.843
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.253	19.242
Aumentos de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	11.011	16.399

1. Contexto Operacional

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR ("COPANOR" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ 09.104.426/0001-60, foi criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE – MG), criou, no âmbito da Revisão Tarifária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR.

Esse subsídio consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE – MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

Conforme Nota Técnica CRE nº 08/2021, no âmbito da 2ª (segunda) Revisão Tarifária, a ARSAE MG definiu pela continuidade do subsídio à Copanor e propõe a continuidade do subsídio em caráter provisório até que as lacunas existentes na legislação sejam preenchidas com a regulamentação federal e com o apoio de órgãos estaduais. Eventuais avanços quanto às diretrizes sobre política tarifária e de subsídios, caso venham a afetar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, podem ser posteriormente incorporadas na regulação das tarifas dos prestadores por meio de revisões extraordinárias.

As Demonstrações Financeiras são preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, considerando que o fluxo de caixa necessário nestas operações será garantido pelo suporte de recursos financeiros oriundos do programa de Subsídio Tarifário à COPANOR e se necessário de sua Controladora (COPASA MG), até que as operações se tornem lucrativas.

Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia

A COPANOR, desde o início da pandemia, adota e vem praticando uma série de ações com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes.

Em setembro/21, as agências de atendimento já estavam com o funcionamento regularizado e os empregados, à medida que vacinados com a segunda dose, estão retornando ao regime presencial.

Em relação aos clientes, para àqueles da categoria social, as ações de cobrança permanecem suspensas. Além disso, foi ofertada a possibilidade de parcelamento das faturas atrasadas sem entrada e sem cobrança de juros e multas, podendo ser dividido em até 36 meses, medida em vigor até o dia 10 de julho de 2021, retomado entre os dias 26 de novembro a 31 de dezembro de 2021 na campanha “Dias Azuis”.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, em 28 de março de 2022.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs 21), e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$1.000), exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

3. Principais Políticas Contábeis, estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas. A Companhia possui dois segmentos distintos, representados

pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 17.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativo financeiro

3.3.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.3.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia adota o modelo de reconhecimento de perdas esperadas para o contas a receber de clientes em substituição ao modelo anterior, baseado em perdas incorridas.

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para o contas a receber de clientes, a Companhia realiza novos estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir dos estudos, a perda incorrida da Companhia leva em consideração a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir do contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisa os critérios da matriz de provisão, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes, com o objetivo de determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e na análise da dívida de seus clientes, integrando ao estudo projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

Adicionalmente, a Companhia refinou, em suas análises, o cálculo do período de tempo adequado para efetuar a baixa contábil definitiva a resultado de seus recebíveis, após exauridos todos os esforços comerciais de cobrança. Tal intervalo de tempo, anteriormente calculado em 360 dias após o vencimento, foi revisto, em 2021, para 180 dias. Tal revisão levou em conta a análise do comportamento histórico de tal recuperabilidade e o efeito dos trâmites de cobrança finais realizados pela Companhia e por terceiros, a partir dos quais os esforços de cobrança não mais surtem efeitos significativos, e os valores não recuperados são considerados perdidos.

A Companhia continuará analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPANOR reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.3.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente

diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques (almoxarifados) são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, excetos os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.5 Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos na aquisição, adicionados daqueles custos necessários para que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.6 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.7 Perda do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação, a ARSAE-MG, criou, no âmbito da Revisão Tarifária da COPASA MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR, que consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE-MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

3.8 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas Demonstrações Financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.9 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

O saldo acumulado do Ativo Fiscal Diferido é de R\$23.007, correspondente a 34% do saldo acumulado do prejuízo fiscal e base negativa. Contudo, a Companhia não registrou imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, uma vez que não há expectativa de lucros tributáveis futuros.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.10 Capital Social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subseqüentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.11 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A Companhia estima que a margem é zero, depois de considerar a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão e de Programa, pelos Municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.12 Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas Demonstrações Financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS 37);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.11 (b): Estimativa da margem zero;
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.11 (a): Estimativa baseada na média de consumo;
- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.8: Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais;
- (d) Impostos – Nota explicativa 3.9: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- (e) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.7: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- (f) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- (g) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.3.2(ii): Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

5. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão que são firmados com cada município, pelo período de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia engloba as regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG.

A ARSAE-MG divulgou, em 28 de junho de 2021, a Resolução ARSAE-MG nº 155/21, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 10,79% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a partir de 1º de agosto de 2021.

Desconsiderando os municípios onde a COPASA tem sede, a COPANOR possuía 49 Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 56 Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2021 (49 e 56, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). Esses Contratos têm vencimento a partir de 2038.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

O saldo do ativo financeiro de concessões está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	23.491	2.177
Transferência (para) de Intangível	(4.917)	21.106
Capitalização	350	208
Saldo final	<u>18.924</u>	<u>23.491</u>

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	8	10
Bancos	259	478
Aplicações financeiras	29.986	18.754
Total	<u>30.253</u>	<u>19.242</u>



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A Companhia classifica suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 107,65% do CDI no período findo em 31 de dezembro de 2021 (105,57% do CDI em 31 de dezembro 2020). O CDI em 31 de dezembro de 2021 era de 9,15% (1,90% em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vencidos	6.858	6.981
Vencidos até 30 dias	2.619	2.467
Vencidos de 31 até 60 dias	1.298	1.322
Vencidos de 61 até 90 dias	1.169	833
Vencidos de 91 até 180 dias	1.717	1.672
Vencidos de 181 até 360 dias	51	676
Acima de 361 dias	4	11
A vencer	2.915	2.215
Valores faturados	9.773	9.196
Valores a faturar	3.380	3.031
Contas a receber de clientes	13.153	12.227
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(1.969)	(1.496)
Contas a receber de clientes	<u>11.184</u>	<u>10.731</u>

A movimentação na provisão para provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	1.496	13
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.737	4.601
Contas a receber de cliente baixado no exercício como incobráveis	(4.264)	(3.118)
Saldo final	<u>1.969</u>	<u>1.496</u>



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

8. Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Materiais em almoxarifado	4.167	2.462
(-) Provisão p/ perda de materiais (*)	(140)	(144)
Total estoques	<u>4.027</u>	<u>2.318</u>

(*) A provisão é constituída quando o item de estoque não se movimentou nos últimos 365 dias.

9. Bancos e Aplicações de Convênio e Convênio de Cooperação Técnica

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras de convênio	48	47
Bancos e aplicações financeiras de convênio	<u>48</u>	<u>47</u>
Imposto de renda s/ aplicação financeira de convênio	323	323
Convênio	558.441	558.441
Depósitos recebidos por convênio	(558.746)	(558.745)
Total convênio de cooperação técnica	<u>18</u>	<u>19</u>

Os saldos acima referem-se a recursos recebidos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES/MG, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para implantação dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões de atuação da Companhia.

10. Ativo de Contrato

O saldo de ativo de contrato refere-se ao saldo de obras em andamento:

	<u>Obras</u>	<u>Estoques para Obras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	22.454	8.234	30.688
Adições	31.205	3.888	35.093
Baixas	-	(1.050)	(1.050)
Transferências para o ativo intangível	(582)	-	(582)
Transferências para o ativo imobilizado	(23)	-	(23)
Saldos em 31 dezembro de 2021	<u>53.054</u>	<u>11.072</u>	<u>64.126</u>

	<u>Obras</u>	<u>Estoques para Obras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	73.334	7.579	80.913
Adições	20.729	695	21.424
Baixas	(2.836)	(40)	(2.876)
Transferências para o Ativo Intangível	(68.576)	-	(68.576)
Transferências para o Ativo imobilizado	(197)	-	(197)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>22.454</u>	<u>8.234</u>	<u>30.688</u>

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as transferências de ativos de contratos para ativo intangível no montante de R\$581 (R\$ 68.576 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) foram decorrentes de encerramento de obras.

11. Intangível

(a) A composição dos saldos do intangível é a seguinte:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	43.480	(4.004)	39.476	39.892	(1.944)	37.948
Esgotamento sanitário	54.063	(5.358)	48.705	48.641	(2.782)	45.859
Sistemas de uso comum	13.956	(4.209)	9.747	9.261	(2.113)	7.148
Direitos de uso	150	(105)	45	150	(75)	75
Outros ativos intangíveis	577	(45)	532	420	(21)	399
Total do intangível	112.226	(13.721)	98.505	98.364	(6.935)	91.429

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de					
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum	Direitos de uso	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	37.948	45.859	7.148	75	399	91.429
Adições	1.836	1.239	4.762	-	359	8.196
Baixas	-	-	(30)	-	-	(30)
Amortização	(2.051)	(2.576)	(2.097)	(30)	(23)	(6.777)
Transferência de ativo financeiro	1.005	4.183	(68)	-	(203)	4.917
Transferências entre intangível e imobilizado	-	-	-	-	-	-
Transferência entre intangível e Imobilizado	188	-	-	-	-	188
Transferência de ativo de contrato	550	-	32	-	-	582
Outros	-	(1)	1	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2021	39.476	48.704	9.748	45	532	98.505

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	Sistemas de					Total
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum	Direitos de uso	Outros	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	11.708	21.881	4.478	105	237	38.409
Adições	2.020	713	1.706	-	228	4.667
Baixas	(5)	(2)	(1)	-	-	(8)
Amortização	(1.255)	(1.705)	(1.219)	(30)	(18)	(4.227)
Transferência para o ativo financeiro	(7.570)	(12.672)	(816)	-	(48)	(21.106)
Transferências entre intangível e imobilizado	23	25	(48)	-	-	-
Transferência de ativo de contrato	31.254	34.274	3.048	-	-	68.576
Perda por <i>Impairment</i>	1.773	3.345	-	-	-	5.118
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.948	45.859	7.148	75	399	91.429

A amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$6.777, sendo R\$6.747 como custo dos serviços prestados e R\$30 como despesas administrativas (R\$4.227, sendo R\$4.197 como custo dos serviços prestados e R\$30 como despesas administrativas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Taxa média de amortização apurada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Sistemas de água	4,69%	3,87%
Esgotamento sanitário	4,78%	3,95%
Sistemas de uso comum	17,29%	17,68%
Direitos de uso	20%	20%

12. Imobilizado

A composição dos saldos do imobilizado é a seguinte:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido
Máquinas e Equipamentos	4.010	(685)	3.325	1.781	(309)	1.472
Veículos	95	(10)	85	14	(7)	7
Outros	-	-	-	1	-	1
Terrenos e Construções	-	-	-	197	(4)	193
Total do imobilizado	4.105	(695)	3.410	1.993	(320)	1.673

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 1º janeiro de 2021	1.472	7	1	193	1.673
Adições	2.204	82	-	-	2.286
Transferências	1	-	(1)	-	-
Depreciação	(375)	(4)	-	(5)	(384)
Transferência de ativos de contratos	23	-	-	-	23
Transferência entre intangível e Imobilizado	-	-	-	(188)	(188)
Saldos em 31 dezembro de 2021	3.325	85	-	-	3.410

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 1º janeiro de 2020	526	9	1	-	536
Adições	1.021	-	-	-	1.021
Depreciação	(157)	(2)	-	(4)	(163)
Transferência de ativos de contratos	-	-	-	197	197
Recuperação de <i>Impairment</i>	82	-	-	-	82
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.472	7	1	193	1.673

A depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apropriada ao resultado, foi de R\$384, sendo R\$382 como custo dos serviços prestados e R\$2 como despesas com vendas (R\$163, sendo R\$161 como custo dos serviços prestados e R\$2 como despesas com vendas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2020, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo de 30 anos, adotando-se como premissa a renovação dos contratos de concessões vigentes. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (“*impairment*”) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita.

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O Fluxo de Caixa projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- As receitas e os custos operacionais do ano de 2020, tomados como base de referência para a projeção de novas localidades, foram estimados a partir da média aritmética dos dados contábeis atuais disponíveis;
- Evolução das receitas estimadas do Sistema de Abastecimento de Água – SAA e Sistema de Esgotamento Sanitário – SES conforme valores previstos para o Plano Plurianual 2022-2024 considerando além da tarifa média projetada, o volume faturado projetado para novas localidades até 2026, com base na tarifa média histórica realizada e volume por economia médio histórico realizado;
- Os custos operacionais foram estimados com base nos valores orçados para 2022 e no volume produzido estimado em função da taxa de variação do volume incremental previsto para atendimento;
- Preços foram mantidos constantes;

A Companhia com base nessas premissas e no cálculo realizado, não identificou *impairment*.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e conseqüentemente não resultaria em *impairment*.

13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores no país	17.649	4.634
Fornecedores entrada de mercadoria	602	992
Fornecedores reajustes contratuais	479	542
Energia elétrica	1.261	944
Total	<u>19.991</u>	<u>7.112</u>

O aumento na conta de Fornecedores do país é, devido, principalmente pela aquisição de Estação de Tratamento de Água – ETA e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE no ano de 2021, em comparação a 2020.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

14. Impostos, taxas e contribuições

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS	643	371
COFINS	927	44
PIS	201	9
IRPJ	6	2
IRRF	22	12
FGTS	129	102
Outros	50	12
Total – Passivo circulante	<u>1.978</u>	<u>550</u>

15. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Provisionadas (Prováveis)

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cível ⁽ⁱ⁾	729	-	729	499	-	499
Trabalhista ⁽ⁱⁱⁱ⁾	65	(48)	17	64	(30)	34
Total	794	(48)	746	563	(30)	533

As provisões são registradas como passivo não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer. O critério adotado pela Companhia é o de constituir provisão para as ações consideradas como perdas prováveis. As adições e reversões foram substancialmente decorrentes de novas ações e reclassificações de risco em demandas judiciais.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício, antes da compensação de depósitos judiciais	563	549
Adições	483	134
Atualizações	88	31
Reversões	(340)	(151)
Total provisões	794	563
Compensação de depósitos judiciais	(48)	(30)
Saldo no fim do exercício	<u>746</u>	<u>533</u>

(b) Não provisionadas (Possíveis)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cível ⁽ⁱ⁾	7.108	8.164
Tributária ⁽ⁱⁱ⁾	1.095	1.066
Trabalhista ⁽ⁱⁱⁱ⁾	248	142
Total	<u>8.451</u>	<u>9.372</u>

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(i) Cível

Refere-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de naturezas tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais.

Ações individuais

A Companhia é parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal dos negócios da Companhia e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia.

(ii) Tributária

A Companhia adota rígida política de *compliance* tributário e por isso solicitou novos estudos sobre a correção do procedimento adotado em relação ao aproveitamento dos créditos relativos às contribuições devidas ao PIS e COFINS decorrentes da aquisição de edificações destinadas a formação e manutenção de infraestrutura e registradas em contas do Ativo Intangível. Como resultado da obtenção de mais informações e de novas análises sobre as probabilidades de êxito acerca do procedimento que vinha sendo adotado, a companhia decidiu modificá-lo e rever as regras de tomada de créditos sobre seus ativos. A partir dessas novas regras e o rompimento da depreciação acelerada dos ativos intangíveis, a estimativa de débitos foi mensurada em R\$1.095.

(iii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos a empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas, em cada uma das fases do andamento processual.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

16. Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Capital social (a)	283.896	234.156
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	-	2.125
Prejuízo acumulados (c)	(81.715)	(69.024)
Total	<u>202.181</u>	<u>167.257</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do Exercício	(12.691)	(7.387)
Quantidade de ações no fim do exercício	261.537	234.156
Prejuízo médio por ação - Básico e diluído em R\$	<u>(0,05)</u>	<u>(0,03)</u>

(a) Capital social

Em 23 de março de 2020 a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento do Capital Social para R\$212.288, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$21.868, que foi integralizado em 31 de março de 2020.

No dia 20 de agosto de 2020 a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da AGE, o aumento do Capital Social para R\$234.156, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$21.868, que foi integralizado em 31 de agosto de 2020.

Ambos os aumentos de capital realizado em 2020 foram decorrentes pela Controladora da Companhia, corresponde a recursos oriundos do subsídio previsto na revisão tarifária da COPASA MG.

Em reunião realizada em 04 de março de 2021, a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento do Capital Social de R\$234.156 para R\$260.101, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$25.945, que foi integralizado em 31 de março de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 10 de agosto de 2021, foi aprovado o aumento do Capital Social de R\$260.101 para R\$283.896, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$23.795, que foi integralizado em 31 de agosto de 2021.

Os aumentos de capital mencionados acima que perfazem o valor total de R\$49.740 em 2021, integralizado pela Controladora da Companhia, corresponde a recursos oriundos do subsídio previsto na revisão tarifária da COPASA MG.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 é formado por 283.895.976 ações ordinárias (234.155.738 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020). Todas as ações estão integralizadas e possuem o valor nominal de R\$1,00 (um real). A Companhia é controlada pela COPASA MG, que detém 100% das suas ações.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 27 de janeiro de 2020 foi realizado aporte de recurso no montante de R\$2.125, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que foi integralizado em 31 de março de 2021, conforme autorizado pela Diretoria Executiva da COPANOR, em reunião realizada em 08 de fevereiro de 2021

(c) Prejuízos acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$81.715 em 31 de dezembro de 2021 (R\$69.024 em 31 dezembro de 2020).

17. Informações por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

Resultado

	2021			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta*	34.849	10.751	23.134	68.734
Deduções da receita bruta	(3.224)	(994)	-	(4.218)
Receita operacional líquida*	31.625	9.757	23.134	64.516
Custos, despesas com vendas e administrativas	(42.078)	(12.982)	(23.134)	(78.194)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(10.453)	(3.225)	-	(13.678)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas				(1.288)
Resultado financeiro, líquido				2.275
Resultado operacional antes dos impostos				(12.691)
Amortização / depreciação	2.051	2.576	2.150	6.776

	2020			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	30.890	8.612	18.546	58.048
Deduções da receita bruta	(2.857)	(797)	-	(3.654)
Receita operacional líquida	28.033	7.815	18.546	54.394
Custos, despesas com vendas e administrativas	(38.505)	(10.734)	(18.546)	(67.785)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(10.472)	(2.919)	-	(13.391)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas				5.106
Resultado financeiro, líquido				898
Lucro operacional antes dos impostos				(7.387)
Amortização	1.256	1.705	1.266	4.227



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	23.134	18.546
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	<u>(23.134)</u>	<u>(18.546)</u>
Margem de construção	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de água	39.476	37.948
Serviços de esgoto	48.705	45.859
Outros intangíveis	10.324	7.622
Total do intangível	<u>98.505</u>	<u>91.429</u>

(ii) Imobilizado

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo imobilizado, no valor de R\$3.410 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.673 em 31 dezembro de 2020).

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

18. Gestão de risco

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado, CDBs, aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram os ativos, como por exemplo, aplicações financeiras. A Companhia não possuía endividamento indexados à variação nas taxas de juros e taxas de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída em outubro de 2012 a política de aplicações financeiras da COPASA e da COPANOR, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e caucões (agências de risco, <i>Fitch</i> e <i>S&P</i>)	31/12/2021	31/12/2020
AAA	85	-
AA	39	-
A	18.351	18.754
BBB	11.511	-
Total	29.986	18.754
Aplicações financeiras - (Nota 6)	29.986	18.754
Aplicações financeiras de convênio - (Nota 9)	48	47
Total	30.034	18.801

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita e pelos investimentos. No entanto, a COPANOR acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Passivo de arrendamento	3	-	-	-
Fornecedores	18.730	-	-	-
Débito com Controladora	4.067	-	-	-

19. Instrumento Financeiro por Categoria

Os totais de Ativos e Passivos Financeiros ao Custo Amortizado são demonstrados como seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	30.253	19.242
Contas a receber de clientes	11.184	10.731
Bancos e aplicações de convênios	48	47
Ativos financeiros de concessões	18.924	23.491
Adiantamentos e outros	283	205
Total	60.692	53.716
	31/12/2021	31/12/2020
Passivos		
Fornecedores	19.991	7.112
Débito com controladora	4.067	2.815
Passivo arrendamento	3	3
Obrigações diversas	473	545
Total	24.534	10.475

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

20. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada a sua Controladora COPASA MG, a Copass Saúde e o Estado de Minas Gerais que é Acionista majoritário da Controladora.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

Em 31/12/2021:	Outras		
	COPASA	ESTADO MG	COPASS
Ativo			
Circulante			
Clientes;			
Valores faturados	-	135	-
Valores a faturar	-	116	-
Convênio de cooperação técnica	-	18	-
Total do ativo	-	269	-
Passivo			
Circulante			
Programa de saúde	-	-	92
Não circulante			
Débito com controladora	4.067	-	-
Total do passivo	4.067	-	92
Resultado no período findo em 31/12/2021			
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	831	-
Despesas com Pessoal Cedido	(1.252)	-	-
Programa de saúde	-	-	(705)
Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(99)	-	-
Total do resultado	(1.351)	831	(705)
Em 31/12/2020:			
Ativo			
Circulante			
Clientes;			
Valores faturados	-	932	-
Valores a faturar	-	46	-
Convênio de cooperação técnica	-	19	-
Total do ativo	-	997	-
Passivo			
Circulante			
Programa de saúde	-	-	85
Não circulante			
Débito com controladora	2.815	-	-
Total do passivo	2.815	-	85
Resultado no exercício findo em 31/12/2020			
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	786	-
Despesas com Pessoal Cedido	(1.284)	-	-
Programa de saúde	-	-	(644)
Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(91)	-	-
Total do resultado	(1.375)	786	(644)



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

• COPASA MG

Refere-se a reembolso de despesas com pessoal técnico cedido, conforme I Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Institucional nº 14.0555.

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados. A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado com a ANS e regulado por aquela agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração é realizada sob o contexto de sua Controladora.

21. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores contratados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	Prazo médio contratado em meses	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	42.085	8	45.822	5

22. Receitas

	2021	2020
Receita bruta de serviços de água	34.849	30.891
Receita bruta de serviços de esgoto	10.751	8.612
Total receita bruta de serviços	45.600	39.503
Impostos sobre vendas e descontos	(4.218)	(3.655)
Total receita líquida de venda de bens e/ou serviços	41.382	35.848
Receita bruta de construção	23.134	18.546
Total receita líquida de serviços e construção	64.516	54.394



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentadas abaixo:

	2021	2020
Reversão de <i>impairment</i>	-	5.200
Recuperação de contas baixadas	1.225	503
Reversão de provisão não dedutível	455	151
Concursos públicos	-	132
Outras receitas	123	506
Total outras receitas operacionais	1.803	6.492

Em 2020, de acordo com o estudo realizado, a Companhia reconheceu o *impairment* de R\$5.200 como resultado.

23. Custos e Despesas por Natureza

	2021	2020
Pessoal	18.935	19.321
Materiais	5.178	5.243
Serviços de terceiros	7.219	5.327
Energia elétrica	11.936	9.955
Gerais	1.095	861
Provisão para perdas esperadas nas contas a receber	4.737	4.601
Contingências trabalhistas	881	478
Depreciação e amortização	7.196	4.425
Custos de construção	23.134	18.546
Provisão para perdas	73	514
Outras	2.210	907
Custos e despesas operacionais	82.594	70.178
(-) Créditos tributários	(1.309)	(1.007)
Custos e despesas operacionais líquidas	81.285	69.171
Custo dos bens e dos serviços prestados	44.979	39.780
Custo de construção	23.134	18.546
Custos	68.113	58.326
Despesas com vendas	1.757	903
Provisão para perdas esperadas nas contas a receber de clientes	4.737	4.601
Despesas administrativas	3.587	3.955
Outras despesas operacionais	3.091	1.386
Despesas	13.172	10.845
Detalhamento dos custos de construção:	2021	2020
Materiais	1.426	1.490
Equipamentos	8.738	116
Serviços de terceiros	12.970	16.940
Total dos custos de construção	23.134	18.546



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2021	2020
Pessoal:		
Salários	11.538	11.488
Custos previdenciários	3.357	3.235
FGTS	833	806
Programa de alimentação	2.340	2.880
Plano de saúde	705	645
Formação Profissional	74	168
Outros benefícios	88	99
Total	18.935	19.321

24. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	2021	2020
Juros Diversos/Clientes	621	481
Receita de variação monetária e cambial	43	77
Rendimentos com aplicações financeiras	1.440	360
Receita de ativos financeiros	351	210
Descontos obtidos	43	1
Tributos sobre receita financeira	(112)	(54)
Total de receita financeira	2.386	1.075
Juros e multas sobre tributos	(59)	(43)
Tarifas bancárias	(29)	(78)
Despesas de variações monetárias e cambiais	-	-
Juros sobre arrendamento mercantil	(1)	(56)
Outras despesas	(22)	-
Total de despesa financeira	(111)	(177)
Resultado financeiro	2.275	898

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da alíquota efetiva da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pode ser demonstrada conforme segue:

	2021	2020
Resultado antes dos impostos e contribuições	(12.691)	(7.386)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal (34%)	4.315	2.511
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não registrados pela falta de expectativa de lucro tributáveis futuros	(4.195)	(2.473)
Outros ajustes permanentes	(120)	(38)
Resultado com imposto de renda e contribuição social	-	-
Provisão para o imposto de renda	-	-
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	-	-



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Diretoria Executiva

CARLOS EDUARDO TAVARES DE CASTRO – DIRETOR-PRESIDENTE

CARLOS AUGUSTO BOTREL BERTO – DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

CRISTIANE SCHWANKA – DIRETORA DE RELACIONAMENTO E MERCADO

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS – DIRETOR DE OP.E EMPREENDIMENTOS

Conselho Fiscal

FERNANDO SCHARLACK MARCATO

GUILHERME AUGUSTO DUARTE DE FARIA

SIMONE DEOD SIQUEIRA

Contador Responsável

REGINALDO VICENTE DE RESENDE – CONTADOR – CRC/MG-071578/O